



# Informe da Saúde

**Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina - SINTRAJUSC - 22 de julho de 2011 - Nº 1**

## Só luta coletiva combate sofrimento físico e psíquico



O objetivo do projeto "Como vai você?", de iniciativa do SINTRAJUSC, é avaliar a saúde e as condições de trabalho dos servidores do Judiciário Federal de SC, através de um questionário com questões que abordam aspectos sócio-demográficos, ocupacionais, de saúde-doença e de qualidade de vida do trabalhador, aplicado aos servidores da JF, JT e JE.

A primeira etapa é o diagnóstico das condições de saúde e trabalho dos servidores/funcionários. A segunda etapa será a divulgação dos resultados da pesquisa a todos servidores/funcionários, chefes, diretores e juízes. O Sindicato também fará a luta, junto aos juízes e administradores, por melhores condições de trabalho para a preservação do maior bem do servidor/funcionário, que é a saúde.

Já foram aplicados os questionários na JF, JT e JE na Capital, e a receptividade, segundo as pesquisadoras, foi muito boa. Muitos dos entrevistados se dispuseram a participar das entrevistas individuais, nas quais puderam explicitar um pouco mais sobre a situação individual de saúde e trabalho.

Atualmente, o Sindicato está aplicando o questionário no interior do Estado, com a pesquisadora Claudia Basso, doutoranda de psicologia da UFSC. Dos locais já visita-

dos, observa-se o anseio dos servidores de ver solucionadas várias situações de conhecimento comum, tais como: déficit de servidores, acúmulo de trabalho, adoecimento, entre outras. As pesquisadoras conduzem o trabalho de forma a não criar expectativas de soluções miraculosas nos entrevistados, evitando frustrações.

### LUTA COLETIVA

As causas do adoecimento do trabalhador são complexas, e muitas têm origem na forma de organização da sociedade. Por isso, o diagnóstico - aplicação do questionário - é o primeiro passo para melhor conhecer esta realidade, e, posteriormente, propor os caminhos para encontrar soluções. É um caminho longo, e estamos dando o primeiro passo.

Na apresentação da pesquisa aos servidores, as pesquisadoras ressaltam o caráter científico e sigiloso do trabalho. Todos os questionários são remetidos à equipe técnica. O SINTRAJUSC ou o empregador não terão acesso a eles, e todo o procedimento respeita as normas científicas e éticas em pesquisas com seres humanos. Por isso o projeto "Como vai você?" foi submetido ao Conselho de Ética da UFSC, e aprovado em 30 de maio.

A luta pela saúde do servidor é urgente e coletiva, e a contribuição de cada um, como responder ao questionário, fará a diferença. **Por Edson Jorge, da Comissão do Projeto**

**Pesquisas mostram impacto do processo eletrônico**  
Página 5

**Aposentada vai à justiça para garantir direitos**  
Página 6

# Projeto do Sindicato foi aprovado na UFSC

Além do aval do Conselho de Ética da Universidade, iniciativa segue critérios como sigilo dos dados

Foto: Gilberto Motta



Valéria atua no projeto

A pesquisadora Valéria Quiroga Vinhas, que integra a Comissão Técnica do projeto, é economista, mestre em Engenharia de Produção pela UFRJ, doutoranda em Administração pela UFRJ, com estágio

doutoral em curso na Universidade de Paris VII, em sociologia clínica. A coordenadora do estudo é a psicóloga Vera Regina Roesler.

Veja abaixo entrevista com Valéria, que trabalhou com questionários:

## Qual é a relação entre o seu trabalho de pesquisa de doutorado e o projeto "Como vai você?"

Minha pesquisa de tese atual, tanto na UFRJ quanto na Universidade de Paris VII, insere-se na área de relações de trabalho. Meu grupo principal de pesquisa envolve os servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro. O convite para integrar a equipe de pesquisa partiu desse conhecimento prévio sobre a realidade deste grupo de trabalhadores, ainda que saibamos que ela apresenta variações entre os estados. Este conhecimento pode ser útil na etapa de análise dos resultados obtidos em SC, assim como o inverso.

## Quais são as suas primeiras impressões sobre a aplicação dos questionários, etapa praticamente concluída em Florianópolis?

De maneira geral fomos muito bem recebidos não só pelos representantes do empregador, como também por todos os servidores que estavam presentes no momento da aplicação do questionário. Vamos iniciar um primeiro balanço parcial, a partir dos questionários

os que já foram respondidos, nas próximas semanas.

## Por que na apresentação da pesquisa aos servidores a equipe técnica dá grande ênfase ao caráter sigiloso da informação e ao aspecto científico?

A confidencialidade, tanto dos dados quanto da identidade dos participantes, é requisito dos procedimentos de pesquisa adotados pela equipe de pesquisadores. Este código de ética serve como uma proteção, uma garantia a todos os participantes de que, ainda que eles não precisem se identificar no questionário, o conteúdo de suas informações individuais jamais será publicado. Ele será alvo, sim, de análise da equipe de pesquisadores, que, no entanto, tornará público somente o resultado consolidado dos dados. A análise do conjunto de dados será feita até um nível que não permita a identificação de nenhum participante.

## O SINTRAJUSC terá acesso aos questionários respondidos? E os representantes dos empregadores?

Nem um nem outro. É um requisito do procedimento de pesquisa adotado. As únicas pessoas que terão acesso ao conteúdo dos questionários respondidos serão os pesquisadores envolvidos. Isso faz parte da preocupação com a confidencialidade.

## Como está sendo a receptividade dos servidores para com a pesquisa?

Excelente. De maneira geral, quem está presente no local de trabalho no momento da apresentação da pesquisa e distribuição dos questionários aceita participar.

## Os servidores têm demonstrado interesse nas entrevistas pessoais?

Sim. Inúmeros servidores solicitaram a realização de entrevistas pessoais. Já realizamos diversas no TRE, na Justiça Federal e no TRT.

**A** O projeto "Como Vai Você?" não é apenas mais uma pesquisa sobre condições de trabalho ou saúde do trabalhador. É um projeto que tem como diferencial o fato de não ser vinculado aos Tribunais, portanto o foco é totalmente diferente.

**V** A saúde do servidor, no projeto, não é tratada como um elemento para melhorar a produtividade e com isto acelerar o ritmo de metas de produção, ou, na mais macabra das visões administrativas em vigor, descartar aqueles que não se enquadram no perfil do clima de trabalho que fundações como a FGV pregam como ideal.

**a** O programa "Como vai você?" ousa ir além de uma simples pesquisa institucional, buscando uma visão crítica sobre as novas ferramentas de trabalho. Este projeto lembra, até na logomarca, que a flor precisa de bastante sol, o sol que também brilha nas nossas vidas fora dos locais de trabalho.

**l**

**i**

**a**

**ç**

**ã**

**o**

*Paulo Roberto Koinski, Coordenador do SINTRAJUSC*



**EXPEDIENTE:** Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118 – sobreloja, sala 3 – Edifício Jorge Daux – CEP 88010-640 – Centro – Florianópolis/SC – Fone/FAX: (048)3222.4668 [imprensa@sintrajusc.org.br](mailto:imprensa@sintrajusc.org.br) - [www.sintrajusc.org.br](http://www.sintrajusc.org.br) - Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Gilberto Motta (MTb 957/SC) - Tiragem: 2.500 exemplares

## Depoimentos de quem participou da pesquisa



Assim como as falhas do Sindicato, os acertos também devem ser apontados. E a pesquisa "Como vai você?" é um deles. A pesquisa realizada pela entidade sindical foi mais abrangente e também mais específica que a

"Pesquisa de Clima" realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho. Entretanto, alguns aspectos, como a relação macro entre os servidores e a administração do TRT, poderiam ter sido trabalhadas mais a fundo. De qualquer maneira, parabéns ao Sindicato.

*Christian Alexandre - Analista Judiciário - 6ª VT de Florianópolis*

O "Como vai você?" - pesquisa contratada pelo SINTRAJUSC - veio a ser talvez um "primeiro" passo importante dentro do contexto da saúde do trabalhador na Justiça Federal. Por quê? Em muitas oportunidades, é feita a análise somente naquilo que é efeito/consequência, sem trabalhar nos (vários) pontos que podem ser o nexos causal de alguma disfunção orgânica/psicológica/ergonômica. A pesquisa em relação ao "processo virtual" com trabalho "real" também vem de encontro a essa "nova" situação. Espero ansioso a compilação e a análise das respostas dos colegas, para termos um quadro mais verdadeiro da "nossa" saúde (ou não).

*Terushi Kawano - Técnico Judiciário - Núcleo de Contadoria da JF na Capital*

Minha opinião sobre a pesquisa "Como vai você?" é que recebi com muita satisfação a proposta por entender a iniciativa com uma forma muito boa de realizar um diagnóstico da instituição e das pessoas na instituição. O conjunto de questões colocadas se configura bastante abrangente e de fácil resposta. Dessa maneira proporciona uma visão ampla da relação do homem com o trabalho e da empresa com o homem, com ampla possibilidade de revelar aspectos muito importantes como graus de satisfação/insatisfação no trabalho e o papel das instituições na prevenção de transtornos nos trabalhadores. Sobre a parte da entrevista individual, a vi como uma grande oportunidade para os trabalhadores poderem expressar mais ampla e abertamente seus pensamentos e sentimentos em relação à instituição e possibilitar aos entrevistados também uma reflexão pessoal sobre seu papel ou posição nesse contexto do binômio saúde/doença dentro da instituição. Senti grande motivação em participar, principalmente pela proposta ampla de trabalhar os resultados dessa pesquisa no âmbito do serviço público. Espero que seus resultados realmente cheguem aos dirigentes das instituições e os sensibilizem para empreenderem as mudanças e ajustes revelados como necessários nesse trabalho.

*Aleto Silva - Técnico Judiciário - Seção de Atendimento Médico, de Enfermagem e Odontológico - SAMEO/TRESC*

## Governo morde aposentadoria e agora quer previdência complementar

O SINTRAJUSC entrevistou o deputado Roberto Policarpo (PT-DF), ex-Coordenador da Fenajufe, sobre questões específicas da saúde dos servidores. Confira:

### **Em seu mandato, quais são as propostas voltadas de forma mais específica para os servidores do Judiciário?**

De forma geral há grandes temas de interesse dos servidores do Judiciário em que atuarei de forma ampla, como a valorização da carreira, o Direito de Greve no serviço público, a instituição da negociação coletiva e a democratização das relações de trabalho no Judiciário. De maneira específica, trabalharei pela aprovação do PL 6.613/2009, que dispõe sobre a reestruturação da carreira; pela rejeição do PL 1.992/97, que trata da instituição da previdência complementar; pela aprovação do PLC 330/06, que dispõe sobre a aposentadoria do servidor público que exerce atividade de risco; pela rejeição do PLP 549/09, que congela o salário do funcionalismo, e do PLP 248/98, que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.

### **Com relação à PEC 270, que altera a Constituição Federal de 1988 e garante ao servidor que se aposentar por invalidez permanente o direito dos proventos integrais com paridade, qual tem sido a sua atuação?**

Objetivamente o que temos que garantir agora é a votação em Plenário. Tenho defendido na bancada a inclusão desta PEC na pauta. Junto com outros parlamentares tenho feito uma articulação junto aos demais deputados para que seja dado um tratamento prioritário ao tema.

### **A relação entre a cobrança de metas e as doenças no trabalho é um assunto que cada vez mais preocupa a categoria. Em termos de propostas de legislação, o que há no Congresso e que pode, de forma positiva ou negativa, afetar os servidores do Judiciário?**

Negativamente temos os projetos que propõem a demissão dos servidores por insuficiência de desempenho como o mais grave deles. Também nocivos para a saúde dos servidores há projetos que vinculam a remuneração ao desempenho, as tais gratificações de desempenho. De minha parte, acredito que podemos ter uma agenda positiva para os servidores se investirmos em projetos que reduzam a jornada de trabalho e que ampliem a satisfação e a remuneração.

### **Há uma proposta de plano de previdência complementar para o servidor. Qual a sua avaliação sobre ela?**

Em uma das primeiras reuniões da CTASP (Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público) de que participei, já me deparei com a intenção do presidente, deputado Silvio Costa (PTB-PE), de votar imediatamente o projeto. Ele pretendia fazer isso sem nem mesmo apresentar o relatório aos membros da Comissão. Naquela oportunidade, apresentei a solicitação de realização de uma Audiência Pública chamando todas as entidades de servidores para atuarem contra a proposta. Minha avaliação é a de que teremos que ter uma atuação muito forte para rejeitar esse projeto, pois ele não garante a aposentadoria dos servidores.

# Metas e produtividade a qualquer custo

Planejamento Estratégico dos Tribunais, na lógica das empresas privadas, ignora impactos sobre trabalhadores

O látigo sobre servidores e magistrados não é feito de cordas ou correias. É sutil: são metas que medem a produtividade, expressas em cuidadosos gráficos coloridos com linhas e traços. A Administração do TRT/SC, por exemplo, anuncia que, pelo terceiro ano consecutivo, o número de processos julgados deverá ser maior que o de recebidos. O grupo responsável pela definição e acompanhamento das metas do Planejar (Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho de Santa Catarina) reuniu-se no início deste mês para a primeira avaliação de desempenho do ano. As metas 1 a 4, as chamadas metas processuais, foram a prioridade. As outras oito, inclusive aquelas relacionadas à saúde dos servidores, serão alvo das próximas reuniões.

Vale conhecer a frase que resume cada meta:

Meta 1: Reduzindo o estoque novamente

Meta 2: Monitoramento é necessário

Meta 3: Faltam 3,6 mil execuções

Meta 4: PJE pode solucionar  
É na Meta 4 que entra o Processo Judicial Eletrônico (PJE), para o qual o CSJT autorizou a implementação de uma série de ações para modernizar a Justiça do Trabalho. As medidas têm como objetivo adequar a estrutura tecnológica atual aos sistemas em desenvolvimento para o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). Foi autorizada inclusive a des-

centralização de recursos para contratação de fábricas de *softwares*, que irão atuar no TRT12 e no TRT 23 (MT). Na página do PJe-JT, o ministro João Dalazen, presidente do TST e do CSJT, assim apresenta o processo:

*"(...)Toda significativa mudança de paradigmas implica em abdicar de nossa zona de segurança e conforto para enveredar por caminhos pouco explorados, rumo ao novo e ao desconhecido. (...) Marcharemos unidos e irmanados, sob a firme coordenação do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com vistas a atingir o propósito maior de implantar, brevemente, essa nova ferramenta tecnológica, compartilhando as nossas melhores inteligências e talentos na edificação de um sistema de tramitação eletrônica único, capaz de atender a todos os anseios e necessidades específicas da Justiça do Trabalho (...).*

Esse discurso diz muito da lógica empresarial que cada vez mais impregna o Judiciário. Assinala-se a meta, as estratégias para chegar a elas e a ferramenta tecnológica que melhor se adequa ao processo. Dos trabalhadores, espera-se que abdicuem de sua "zona de segurança e con-

forto" e marchem "unidos e irmanados". A que custo, esta marcha? As Metas não medem isso. Uma pesquisa realizada em 2002, pela PUC de Campinas/SP, demonstrou que 71% dos magistrados da 15ª Região do TRT apresentavam sintomas de estresse, em virtude do excesso de processos e interferência na rotina da família. São esses juízes que, submetidos a metas, julgam processos que muitas vezes têm relação com os efeitos das metas e da alta produtividade na iniciativa privada. Outras pesquisas, como as feitas no Rio Grande do Sul, mostram como esta "marcha" afeta os servidores.

## Saúde afetada e assédio

O monitor do Núcleo 13 de Maio, Emilio Gennari, fez Análise de Conjuntura na XIII Conferência Estadual dos Bancários, realizada no dia 16 de julho em Florianópolis, e falou sobre o tema da saúde. Nos bancos, tanto públicos quanto privados, também se cobra cada vez mais dos trabalhadores, que precisam vender produtos, insistir que os clientes aceitem serviços dos quais não precisam, e, neste processo, enfrentam assédio moral se não cumprirem as metas, mesmo que isso afete a própria saúde.

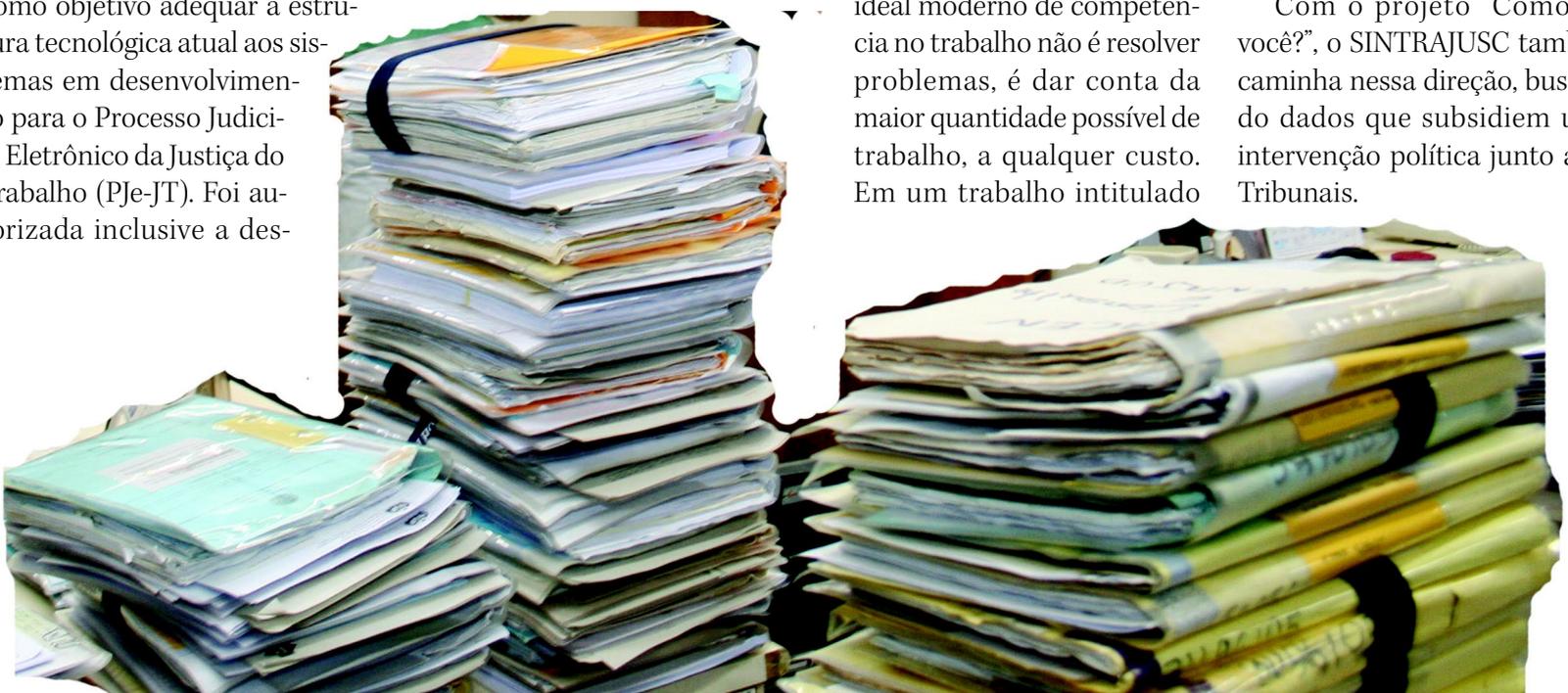
Segundo Emilio Gennari, o ideal moderno de competência no trabalho não é resolver problemas, é dar conta da maior quantidade possível de trabalho, a qualquer custo. Em um trabalho intitulado

"Da alienação à depressão: caminhos capitalistas da exploração do sofrimento", ele afirma que "(...) os novos empregados sentem orgulho de terem sido escolhidos entre milhares, de pertencer aos quadros de uma empresa que lhes promete salário, carreira e realização pessoal em troca de um compromisso sério com os projetos empresariais".

Se a palavra empregado for trocada por concursado e empresa/empresariais por instituição/institucionais, a afirmação fica sob medida para o Judiciário. A busca por saídas individuais, entre outros fatores, quando iniciam os problemas de saúde e o sofrimento psíquico, é assim interpretada por Gennari: "(...) o sofrimento no trabalho começa a levar um número significativo de empregados a considerar natural, normal e ético não só o afastar-se do sofrimento alheio como até mesmo o inflingir ou aumentar a dor dos próprios colegas".

O Sintrajufe está trabalhando com a perspectiva de um Coletivo Sindical para debater a saúde de forma mais ampla, por entender que é preciso incorporar a luta pela saúde dos servidores como uma tarefa de todo o movimento sindical do Judiciário Federal e dos servidores públicos como um todo.

Com o projeto "Como vai você?", o SINTRAJUSC também caminha nessa direção, buscando dados que subsidiem uma intervenção política junto aos Tribunais.



# Processo eletrônico intensifica exploração

Pesquisa do Sintrajufe mostra que tecnologia, metas e produtividade são ditadas sem diálogo com servidores

Imagem: iStockPhoto. No detalhe, símbolo da campanha do Sintrajufe



**O Sintrajufe já fez uma série de pesquisas em saúde. Em parte delas está em pauta o impacto do processo eletrônico na vida do trabalhador no Judiciário. Como esse impacto aparece?**

O processo eletrônico transforma profundamente a organização do trabalho atual. Na pesquisa que desenvolvemos e que depois foi aprofundada em Estudo pela UFRGS, observamos um processo de intensificação do trabalho que pode ser medida com a comparação de 2004 a 2008, onde foi registrado um aumento de 104% de ingresso de processo nos JEFs, para um aumento de apenas 34% de servidores, levando-se em consideração a lotação ideal projetada pelo próprio CJF. O aumento de trabalho por servidor é de 60% no mesmo período. Isto só é possível com a informática, pelo processo físico ficaria inviável. Dentro desse quadro temos que buscar garantir que a organização do trabalho não leve a um agravamento da situação de adoecimento dos servidores, e também o processo intensivo de informatização, registrado no processo eletrônico, não leve ao fenômeno do isolamento, provocando não só agravamento de sintomas osteomusculares, mas também uma tendência ao sofrimento mental. Na pesquisa realizada nos JEFs, utilizando dois inventários validados, podemos indicar com segurança que temos 37% de servidores com sofrimento mental. Além disso, sintomas oftalmológicos, que nas pesquisas com processo físico não eram importantes, apareceram de forma relevante no processo eletrônico.

**Duas lutas importantes, neste contexto, são as pausas e a redução de jornada de trabalho. Como o Sindicato articula estas lutas na categoria e na Administração dos Tribunais?**

Num primeiro momento levamos aos Tribunais o resultado das pesquisas e nossas recomendações para corrigir situações que identificamos como danosas à saúde dos servidores. Já encaminhamos a pesquisa para todas as justiças, buscando audiências com as Administrações para que tomassem as providências necessárias. Também realizamos um Encontro sobre Processo Eletrônico, no ano passado, em maio, durante a Greve pelo PCS. Infelizmente, na Justiça Federal e TRF, até agora, nada foi feito para melhorar as condições de trabalho nos JEFs e a situação tende a piorar pois o processo eletrônico naquela Justiça está sendo implementado em todas as varas e gabinetes, sem uma correção de rumos no programa, que é bastante precário, na política de capacitação, até agora incipiente. Além disso, não houve, até o momento, nenhuma abertura para a discussão de pausas e de redução da jornada, pontos, no nosso entender, fundamentais para a implementação do processo eletrônico. No caso da JF e TRF, buscaremos novamente as direções que assumiram em junho para retomada desses pontos. Na JT, conseguimos uma escuta interessante, sendo que a construção do programa está levando em consideração os pontos levantados pela pesquisa. Num primeiro momento a própria Administração foi ao Sindicato para ouvir a apresentação da pesquisa e, mais recentemente, tivemos um encontro onde participaram a Presidência do TRT, o Juiz encarregado da comissão de informática e a equipe de informática responsável pelo desenvolvimento do programa para que fosse apresentado para o Sindicato o que foi construído até agora e, a partir daí, temos o compromisso da Administração de que o Sindicato será ouvido em cada etapa do processo. Nessa reunião deixamos claro que a questão técnica é fundamental, mas as questões de gestão, que envolvem as pausas e redução da jornada, são pontos fundamentais para nós. Para este ano (2011)

vamos realizar uma Pesquisa Geral na categoria para podermos ter um quadro geral das condições de saúde antes da implementação total do processo eletrônico e temos programada também a realização de Encontro Estadual de Saúde com o objetivo de lançar a campanha de pausas e de redução da jornada.

**3-As Normas Regulamentadoras (NRs) do governo na área de saúde no Serviço Público Federal dão conta da realidade vivenciada pela categoria diante das novas tecnologias implantadas no Judiciário?**

Ainda não podemos ter um a posição fechada sobre isso. Sem dúvida a iniciativa do governo de regulamentar é importante, mas o processo não está sendo acompanhado de perto pelo movimento sindical e menos ainda pelos Sindicatos do Judiciário. Temos muitas limitações de discussão e formação na área de saúde do trabalhador na nossa categoria. O Governo Federal lançou em 2007 o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), que, segundo consta no sítio oficial do subsistema, afirma que o Executivo passa a ter o compromisso de construir e implantar, de forma compartilhada, uma Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS), sustentada por um sistema de informação em saúde do servidor, uma sólida base legal, uma rede de unidades e serviços e a garantia de recursos financeiros específicos para a implementação de ações e projetos, movimento que deu consequência à criação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS). Neste site são apresentadas as iniciativas que o governo federal tem feito, bem como os documentos que compõem o SIASS. Apesar desta iniciativa, avaliamos que as normas regulamentadoras (NRs), em sua maioria, são cópia das NRs da CLT. O tipo de trabalho feito no Judiciário não está previsto nas normas da CLT. Podemos fazer comparações e algumas relações com a NR17. Mas o grande salto será criar uma NR para o processo eletrônico.

**4- Há indicadores concretos, na base do Sintrajufe, sobre o crescimento do assédio moral com a cobrança de metas, indicadores, planejamento estratégico e o processo eletrônico?**

O processo de planejamento estratégico, na nossa opinião, é interessante e necessário a qualquer organização. Porém, o que o CNJ está produzindo não se enquadra em planejamento, que pressupõe a participação de todos que estão envolvidos no processo. Temos hoje, no Judiciário, na verdade, um "enquadramento estratégico", onde o CNJ dita as metas, sem nenhum indicador mais acurado. Não temos hoje um estudo sobre necessidade de quadro, sobre produtividade e nem sobre a natureza do nosso trabalho. O CNJ tem muito mais condições do que o movimento sindical de realizar esses estudos, juntamente com as universidades federais, que possuem grande acúmulo nesse campo. Porém, a estrutura extremamente hierarquizada e de viés autoritário presente no Judiciário impede que se tenha um diálogo maior e que a própria sociedade seja ouvida. Dessa forma cabe a nós levantar a bandeira da democratização das relações de trabalho e sustentar nossos argumentos em estudos sérios, que se transformem em propostas políticas a partir da nossa militância. Não temos dúvidas de que a implementação do processo eletrônico, aliado a metas autoritárias dentro da estrutura administrativa que temos hoje no Judiciário, levará a um maior adoecimento e situações de crescimento do assédio na categoria. É importante ressaltar que o assédio moral, muitas vezes, é utilizado pelas chefias como forma de forçar que se alcance metas inatingíveis, que não foram discutidas com os servidores, e nem são levados em conta as condições de trabalho e o quadro necessário para atingir essas metas.



# Quando o trabalho é rotina de dor

Foto: Míriam Santini de Abreu



Aldaléia, adoece, precisou buscar direitos na justiça e só depois de muita persistência obteve aposentadoria integral

A relação que envolve saúde, condições de trabalho e cobrança de produtividade fica explícita nos problemas que a aposentada Aldaléia Conceição enfrentou em parte de sua trajetória profissional. Ela entrou na Justiça Federal na Capital em 1987, e os exames médicos, na época, não mostraram nenhum tipo de problema de saúde que afetasse seu trabalho. Mas, quando se aposentou, a situação foi completamente diferente. Foi ao custo de muita luta e na justiça que Aldaléia recuperou direitos perdidos, mas não se recuperou dos efeitos do trabalho que a prejudicam no dia a dia.

Ela inicialmente trabalhou seis anos na geração da folha de pagamento, e foi uma das precursoras do processo de informatização deste trabalho. Os vários cursos na JF a habilitaram a atuar no setor de informática, onde era supervisora. Foi neste período que começaram a aparecer os primeiros sintomas de que o corpo não estava bem. "Éramos em três para dar conta das demandas do estado todo, os móveis, na época, eram inadequados, e não tínhamos horário para entrar nem para sair", lembra ela.

Para resolver os problemas, Aldaléia precisava atender o usuário diante da tela do computador, ao mesmo tempo apoiando, no ombro, o gancho do telefone. A postura, com o tempo, começou a provocar dores, principalmente no pulso esquerdo. Ela tratava com medicação e muitas vezes recebia atestado, mas não faltava ao trabalho porque havia poucos trabalhadores no setor. Também solicitava que se modificasse o tipo de telefone usado, mas o pedido não se concretizava.

## "A pessoa é vista como a que está sempre doente"

Com o passar do tempo, as dores foram piorando, manifestando-se no cotovelo e ombro, e em 1997 Aldaléia iniciou sessões de fisioterapia. Para evitar o incômodo, ela passou a usar mais o lado direito, e não tardou para que também, nos membros superiores deste lado, a dor aparecesse. A servidora chegou a trabalhar no setor de licitações, mas a rotina de movimentos era muito parecida com a da informática, e as dores não cessavam. A situação melhorou um pouco quando ela foi transferida para o setor de informações, no qual se sentia útil em seu trabalho, que lidava com o público, mas, nas estações mais frias, em virtude de o setor estar localizado em frente à porta de entrada do prédio, ou no verão, com ar-condicionado ligado, as dores se acentuavam, e o local também não tinha móveis adequados para o trabalho.

Foi um período em que a servidora começou a usar, além dos anti-inflamatórios, também antidepressivos e remédios para dormir, além de tratamentos fisioterápicos, hidroginástica, acupuntura, mas-

sagem e também psicoterapia. "Eu gostava de trabalhar no setor de atendimento, mas sentia a discriminação, até mesmo no modo como colegas me olhavam, um olhar de desconfiança. A pessoa fica sendo vista como aquela que sempre está doente, imprestável". Em casa, as dores também a limitavam para atividades como tomar banho, lavar os cabelos, fazer limpeza, ir ao supermercado e carregar peso. Foi um período difícil para a blumenauense que, desde os 13 anos, vinda de uma família de cinco filhos, insistia com os pais para trabalhar. Queria ser independente, e já no início da adolescência atuava em uma confecção na cidade onde nasceu.

Em 2002, Aldaléia teve que fazer cirurgia no ombro direito. Depois de estar mais de dois anos afastada, foi determinado, pela Administração da Justiça Federal, que ela voltasse a trabalhar. Os médicos dela, porém, haviam concluído que Aldaléia não tinha condições para isso, e estava incapacitada para desempenhar suas funções. Ela teve que se apresentar à junta médica no TRF4, onde foi pressionada, tendo que ouvir de um psiquiatra que seu problema de saúde causava "transtornos" à Administração.

## Perdas financeiras e dano emocional

Aldaléia conseguiu, por fim, a aposentadoria, mas proporcional, e ficou descaracterizado que seus problemas eram decorrentes do trabalho. Fato contraditório, pois até então tinha sido reconhecido pela junta médica da Justiça Federal que seus problemas eram, sim, por causa do trabalho. Ela teve perdas significativas nos proventos, ficou sem gratificações e sem o direito ao ressarcimento por despesas médicas, que recebia quando na ativa.

Os problemas emocionais se agravaram, havia três filhos para criar, e seus médicos se ofereciam para fazer atendimento de graça enquanto ela buscava reverter a aposentadoria proporcional. Este embate se travou entre 2003 e 2006, quando foi reconhecido, em segunda instância, o seu direito à aposentadoria integral, mas não teve reconhecidos os danos morais. "Pergunta: chegar ao final do mês e não conseguir pagar seus médicos e até algumas contas, pois muitas vezes tive que escolher entre pagar as contas ou comprar remédios, não poder pagar curso para os filhos, não causa danos morais? Para quem costumava honrar seus compromissos, causa sim", indigna-se Aldaléia.

Agora, ela se prepara para uma possível cirurgia no quadril, onde foram constatados desgastes que também provocam muitas dores, em virtude de impactos ocasionados por carregamento de peso. Ela lembra que carregava equipamentos pesados, pois anos atrás o tamanho dos computadores e impressoras era maior e muitas vezes ela subia e descia escadas com tais equipamentos. "O fato é que, diante da forma de organização do trabalho, a gente se culpa por estar doente, e eu consegui lutar contra isso porque também tive muito apoio da minha família", comenta. Atualmente, ela, que precisou fazer adaptações no automóvel para continuar a dirigir, dedica-se ao estudo de música e canto em um coral.

Aldaléia, que na ativa entrava nas Greves por melhores salários e condições de trabalho, afirma que nunca foi penalizada pela instituição por este motivo. Avalia que os fatos que ela enfrentou mostram a necessidade de os servidores que estão entrando no serviço público saberem que é preciso estar nestas lutas. É preciso pensar em como será sua aposentadoria daqui a alguns anos, pois enquanto se é jovem tudo é mais fácil. Depois, no processo natural de envelhecimento, diz ela, é que se percebe o quão importante é manter as boas condições de saúde, especialmente na aposentadoria.